



FÓRUM “Por uma Floresta Sustentável no Vale do Minho”

O ordenamento florestal e os modelos de gestão conjunta

CONCLUSÕES

A realização do Fórum “Por uma Floresta Sustentável no Vale do Minho” promovido pela Agenda 21 Local, no dia 21 de Janeiro em Monção, permitiu debater a implementação dos modelos de gestão conjunta no Vale do Minho, nomeadamente as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF's) e Grupos de Baldios.

A posição da DGRF aponta para a divisão territorial, separando os baldios da restante propriedade privada, pelo que os baldios não deverão integrar áreas ZIF's. Segundo Luís Lopes, Sub-Director dos Recursos Florestais, os dois modelos poderão no futuro entroncar um no outro. Segundo Calçada Duarte, Chefe de Divisão de Gestão do Património Florestal, a estratégia da DGRF poderá ser revista quando os Planos de Utilização dos Baldios estiverem concretizados, dentro de um a dois anos. Lembramos que o Estado é co-gestor de cerca de 90% das áreas baldias, pelo que tem uma responsabilidade acrescida no processo de implementação de uma gestão conjunta; não só a que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 127/2005, instrumento regulador das ZIF's.

Da exposição de Amália Neto, técnica da Associação Florestal do Vale do Sousa, depreende-se, entre outros, que a organização de um processo semelhante ao de uma ZIF leva pelo menos 2 anos.

Lembramos por outro lado, que o Plano de Desenvolvimento Rural, que define as orientações para o próximo QREN, refere como prioritários todos os investimentos devidamente integrados, ou seja os que se apresentarem num dos modelos de gestão referidos, ZIF ou Grupo de Baldios. Facilmente se conclui que os prazos acima mencionados inviabilizam por completo a elaboração de candidaturas ao QREN. Mais uma vez, perto de 70% do território do Vale do Minho que corresponde ao espaço florestal, corre seriamente o risco de não aceder aos fundos comunitários, numa área em que os investimentos são avultados.

Vejam os agora, face à posição assumida pela DGRF, quais as expectativas para a floresta do Vale do Minho. Foi dito que 50% dos prédios rústicos florestais (com base no levantamento topográfico efectuado no estudo de emparcelamento no Concelho de Monção) têm uma área inferior a 500 m², sendo que 90% têm menos de 2100 m². Falamos não de uma área de minifúndio mas sim de “microfúndio”, conforme referido pela Margarida Barbosa da APFVM, já para não falar em “nanofúndio” segundo Carvalho Guerra da Forestis. Conclui-se que sem a integração dos baldios não é de todo perspectivável a constituição de uma ZIF no Vale do Minho. Senão vejamos: os apoios

que financiam a sua constituição obrigam a que pelo menos 10% da área esteja já devidamente constituída, ou seja 100 ha se considerarmos que a ZIF terá apenas 1000 ha, área mínima definida pelo Decreto-lei n.º 127/2005. Fazendo as contas, a área referida de 100 ha representa perto de 2.000 prédios e um universo de 140 pessoas. Quem pode promover a constituição de ZIF's nestas condições, se não está previsto qualquer apoio financeiro para a constituição desse mesmo núcleo fundador?

O que não se entende é que em tempos, a DGRF aprovou projectos para financiar a constituição de ZIF's, integrando baldios geridos em regime de exclusividade pelos compartes, sendo eles baldios na alínea a, ou não tendo nunca sido submetidos ao Regime Florestal; hoje vem dizer que a adesão desses baldios não é possível. Estão em causa 3 projectos desenvolvidos de há 2 anos para cá e que representam um esforço muito grande efectuado pela APFVM. Américo Mendes, Presidente da Direcção da Associação Florestal do Vale do Sousa, em defesa da APFVM alega que o Estado pode vir a ser processado, pois a não integração dos baldios em ZIF não consta do Decreto-Lei, sendo que essa mesma posição em nada contribui para a prossecução dos objectivos que o mesmo decreto refere, a de diminuir o risco de incêndio e melhorar a eficiência da sua gestão. Trata-se segundo o mesmo, de um abuso na interpretação da legislação existente uma vez que não há nada nela que impeça os baldios de integrarem as ZIF's.

Depois e ainda, incongruentemente, apesar das expectativas criadas pela abertura de uma linha específica de candidatura para a constituição de Grupos de Baldios, os projectos apresentados pela APFVM para a promoção de 5 grupos de baldios foram recentemente reprovados pelo Fundo Florestal Permanente.

Por último confrontou-se durante todo o debate a posição que a DGRF assume com a do Ministro da Agricultura, que em público terá várias vezes defendido a integração dos baldios em ZIF. O discurso de encerramento de Rui Solheiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho é prova disso, tendo evocado a vinda recente do Ministro Jaime Silva a Melgaço, que reiterou o mesmo propósito frente aos autarcas presentes.

Consensual mas não menos polémico, é o tão ansiosamente aguardado cadastro florestal, instrumento vital para que, qualquer um dos modelos referidos possa funcionar, tema à volta do qual todos concordaram ser urgente a sua realização.

Esperamos que este Fórum possa ter contribuído para a consciencialização das entidades responsáveis pela situação de marasmo em que a floresta do Vale do Minho se encontra. A adesão dos baldios em ZIF é essencial se quisermos criar condições para a promoção de uma floresta sustentável no Vale do Minho.

Elisabete Araújo

Técnica da Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho – APFVM e facilitadora da Agenda 21 Local do Vale do Minho

